



## RACISMO RELIGIOSO NO ENSINO FUNDAMENTAL: ABORDAGENS RECENTES NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

Ana Paula Evaristo Russi<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-9591-6753>

Josiele Bené Lahorgue<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-5814-4635>

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar de que forma as recentes pesquisas na área da educação têm abordado a diversidade religiosa no ensino fundamental. Para tal, realizou-se uma revisão sistemática de artigos publicados nas bases de dados SCIELO e BASE, nos anos de 2017 a 2021. Foram analisados sete artigos a partir de duas categorias: 1) a identificação de situações de racismo religioso; 2) estratégias de contraponto ao racismo religioso. Foram citados fenômenos que impelem à abordagem do racismo religioso no ensino fundamental, como o avanço neopentecostal, a debilitada formação docente e o hábito do(a)s professore(a)s cristão(ã)s de balizar os fenômenos pedagógicos pelos seus valores religiosos subjetivos. Uma parte significativa das pesquisas feitas aponta para a necessidade de se educar para a compreensão das diferenças como algo que compõe o patrimônio cultural humano.

**Palavras-chave:** Intolerância Religiosa; Racismo Religioso; Ensino Fundamental; Escola; Ensino Religioso.

---

1 Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/2018). Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (Uninter/2021). Licenciatura em Artes com Habilitação em Música pela Universidade Regional de Blumenau (Furb/2010). Professora no Centro de Educação à Distância (CEAD) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) desde 2022/1. Professora no Centro de Educação, Artes e Letras (CCEAL) da FURB desde 2020/1. Foi professora do CEE - Centro de Educação e Exatas da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina (Campus Blumenau) em 2019/2. Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura - Eixo Artes populares, Categoria Culturas Negras e Afro-Brasileiras (2019). Prêmio Nacional Itaú Cultural - Rumos Educação, Cultura e Arte (2011-2013). Autora dos livros Cartografias Brincantes: Infâncias no Batuque jeje-ijexá (2020) e Música, Tecnologia e Educação (2021). Integrante do GENERA - Grupo Interdisciplinar de Pesquisas em Gênero, Raça e Poder da FURB.. E-mail: <[anapaula\\_er@yahoo.com.br](mailto:anapaula_er@yahoo.com.br)>.

2 Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2018) na área de concentração: Psicologia Social e Cultura e linha de pesquisa: Estética, processos de criação e política. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2014) e graduada em Psicologia pela Universidade Regional de Blumenau - FURB (2006). Professora substituta da Universidade Regional de Blumenau. Ministra disciplinas de Psicologia da Educação e Psicologia da Aprendizagem e supervisiona estágios na área da Psicologia Social. Atuou como Professora do Curso de Psicologia da Faculdade CESUSC mantida pelo Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina na qual coordenou o Grupo de Estudos e Pesquisa Gênero, Política e Interseccionalidade. Pesquisadora vinculada ao NUPRA - Núcleo de pesquisa em práticas sociais, estética e política. Articulou a Rede de Articulação Psicologia e Povos da Terra - Santa Catarina, de 2018 até 2021. Integrou a Diretoria da Associação Brasileira de Psicologia Política, na função de Secretária (gestão 2019/2020). Foi membra da Vice Regional da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO (gestão 2016-2017). Integra a coletiva Venta-Rua, com a qual atua em Santa Catarina, oferecendo formações e consultorias focadas nos eixos Educação, Sustentabilidade e Cultura. Possui experiência profissional em projetos voltados ao atendimento de crianças e adolescentes, direitos humanos, políticas públicas, deficiência, gênero e sexualidade. Em suas pesquisas tem entrelaçado discussões sobre os seguintes temas: políticas públicas, psicologia política, direitos humanos, gênero, sexualidade, feminismo, resistências, jovens. E-mail: <[psicojosi@gmail.com](mailto:psicojosi@gmail.com)>.

## **RELIGIOUS RACISM IN ELEMENTARY SCHOOL: RECENT APPROACHES IN THE FIELD OF EDUCATION**

### **ABSTRACT**

This work aims to investigate how recent research in education has approached religious diversity in elementary school. A systematic review of the literature was carried out, of articles published in the SCIELO and BASE databases, from 2017 to 2021. The seven resulting articles were analyzed from two categories: 1) the identification of situations of religious racism; 2) strategies to combat religious racism. Phenomena that drive religious racism in elementary school were mentioned, as the neo-pentecostal advance, poor teacher training and the habit of Christian teachers to mark pedagogical phenomena by their subjective religious values. A significant part of the studies points to the need to educate in order to understand differences as something that constitutes human cultural heritage.

**Keywords:** Religious Intolerance; Religious Racism; Elementary School; School; Religious Education.

## **RACISMO RELIGIOSO EN LA ESCUELA PRIMARIA: ENFOQUES RECIENTES EN EL CAMPO DE LA EDUCACIÓN**

### **RESUMEN**

Este trabajo tiene como objetivo investigar cómo las investigaciones recientes en educación han abordado la diversidad religiosa en la escuela primaria. Se realizó una revisión sistemática de la literatura, de artículos publicados en las bases de datos SCIELO y BASE, de 2017 a 2021. Los siete artículos resultantes fueron analizados a partir de dos categorías: 1) la identificación de situaciones de racismo religioso; 2) estrategias de lucha contra el racismo religioso. Se mencionaron fenómenos que promueven el racismo religioso en la educación básica, como el avance neopentecostal, la pobre formación docente y la costumbre de los maestros cristianos de marcar los fenómenos pedagógicos por sus valores religiosos subjetivos. Una parte significativa de los estudios apunta a la necesidad de educar para comprender las diferencias como algo que constituye el patrimonio cultural humano.

**Palabras-clave:** Intolerancia Religiosa; Racismo Religioso; Escuela Primaria; Escuela; Enseñanza Religiosa.

### **INTRODUÇÃO**

A noção de raça oriunda do Iluminismo, marcada pela perspectiva racionalizante, levou à criação de dispositivos categorizantes pautados no modelo humano universal, classificando as formas de organização social humana a partir do binário primitivo-civilizado. O colonialismo europeu foi o maior beneficiário desta ferramenta, uma vez que dela se serviu para justificar a exploração e a destruição de populações africanas, asiáticas, americanas e da Oceania (ALMEIDA, 2019).

Para além do colonialismo, que por si é um projeto de hegemonia das sociedades consideradas civilizadas sobre aquelas designadas como primitivas, a classificação de seres

humanos também foi abraçada pelo Positivismo, que se encarregou de estabelecer relações entre “raças” humanas e determinadas especificidades de ordem anatômica, psicológica e moral. Foi desta maneira que o racismo científico endossou ideias que até hoje fundamentam o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019).

É com base na noção de raça, e nos modos como a mesma é atualizada, que o racismo precisa ser debatido. Igualmente necessária é a compreensão das divergências entre racismo, preconceito e discriminação racial, visto que o primeiro se diferencia dos demais por seu atributo estrutural. Neste sentido, o racismo não se apresenta como uma característica comportamental individual e sim como materialização da discriminação presente nas relações e nas instituições, naturalizando modelos sociais que subalternizam as existências negras (ALMEIDA, 2019).

De acordo com Obalera de Deus (2019), o racismo é um fenômeno que norteia a aniquilação de tudo o que representa a presença negra. Deste modo, ele não se limita à cor da pele, tampouco às relações entre pessoas brancas e negras, mas refere-se também a um patrimônio simbólico, que inclui as cosmologias afro-brasileiras. Neste sentido, “não é mais apenas sobre a negação de uma religião, mas de um modo de ser, sentir e existir no mundo cujo sagrado é constitutivo da existencialidade humana” (OBALERA DE DEUS, 2019, p. 13). As religiões afro-brasileiras, ou religiões de matriz africana, aqui são tratadas como cosmologias, visto que “a categoria religião, na sua configuração interpretativa hegemônica, não se aplica a tais práticas ritualísticas” (RUSSI, 2020, p. 25).

Para Obalera de Deus (2019), a intolerância religiosa revela o seu racismo estrutural ao visar as práticas ritualísticas de matriz africana existentes no Brasil. De acordo com o autor, uma pessoa que sofre violência motivada pelo fato de ser adepta das cosmologias afro-brasileiras, não é vítima da intolerância, mas do racismo religioso. Some-se a esta questão a hegemonia das religiosidades cristãs, parte constitutiva do já referenciado modelo humano universal, caracterizado por Nogueira (2020) como um projeto de poder. Tal como outras normativas de sujeito impostas pelo liberalismo econômico, a adesão ao cristianismo funciona como régua civilizatória, de modo que tudo o que evade desta normativa deve ser invisibilizado ou exterminado como afirmação daquilo que é imposto como norma.

Ressalta-se que, por muito tempo, o eurocentrismo pautou as pesquisas e os discursos sobre as práticas ritualísticas afro-brasileiras, classificando-os como feitiçaria e termos correlatos. Parés (2016) problematiza as nomenclaturas eurocêntricas e seus efeitos de moralização/fetichização das cosmologias de matriz africana, que fortaleceram os estereótipos ligados ao primitivismo e à invisibilização. Destarte, tratar a intolerância religiosa como racismo religioso revela o racismo que funda a violência especificamente contra pessoas negras e o sistema de crenças afro-brasileiro.

É importante salientar, neste debate, o advento da Lei n.º 11.645/2008, que alterou a Lei n.º 10.639/2003, incluindo a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (BRASIL, 2008) no currículo oficial das redes públicas de ensino, e outras políticas públicas necessárias à afirmação, no currículo escolar, do universo cultural e filosófico enraizado nas matrizes negras brasileiras. Salienta-se que tais progressos são conquistas dos movimentos negro e indígena, com ênfase nas lutas sociais travadas a partir da década de 1980, as quais deram visibilidade às suas demandas nas assembleias constituintes que, por sua vez, resultaram na promulgação da Constituição de 1988 (MARÇAL; LIMA, 2015, 75).

No entanto, é sabido que a afirmação negra no currículo escolar pelas vias legais, ainda que se constitua como uma vitória para o movimento negro e para as questões identitárias negras como um todo, é somente uma etapa da luta contra o racismo. Desde a instituição da referenciada lei, houve dificuldade, por parte de professores e professoras, em tratar dos temas incluídos na mesma, devido à falta de preparo para tratar destas questões, que sempre estiveram invisibilizadas nas formações docentes e nas propostas curriculares. Assim, tratar do racismo no ensino fundamental diz de como as bases sociais do preconceito racial enredam-se na estrutura do sistema educativo e também das formas como, gradativamente, a docência tem-se apropriado destes temas, constituindo novas formas de combate ao racismo em âmbito escolar – com ênfase, para fins desta pesquisa, no racismo religioso.

Charlot (2006) aponta sete discursos comuns sobre educação, que se apresentam desde a negação absoluta da legitimidade da pesquisa científica e da máxima de que todos entendem teoricamente do tema, e também sobre o discurso pedagógico, os discursos políticos e aqueles produzidos por outras áreas do conhecimento científico, como a psicologia.

Salienta-se que a pesquisa em educação implica certo ato de *resistência*, uma vez que, para além das tarefas e responsabilidades imbricadas, ao(à) pesquisador(a) cabe ainda o compromisso de situar sua pesquisa em meio à complexidade de discursos, esforçando-se para legitimá-la através do uso de referências confiáveis e da leitura extensa da produção científica dos últimos anos. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo central investigar como as recentes pesquisas na área da educação têm abordado temas relacionados à diversidade religiosa no ensino fundamental.

## METODOLOGIA

Para a realização do nosso estudo, partimos do questionamento: *Como a produção científica dos últimos cinco anos tem abordado questões relacionadas com o racismo religioso no ensino fundamental?*

Com base na metodologia de revisão sistemática de literatura, realizamos uma pesquisa nas bases de dados SCIELO e BASE. De acordo com Galvão e Pereira (2014), as revisões sistemáticas – que são estudos secundários porque derivam dos primários, onde se localizam os artigos, dissertações e teses – devem primar pela abrangência, trazendo informações amplas sobre o tema em questão.

Experiências anteriores mostram que, quando se trata de pesquisa envolvendo cosmologias afro-brasileiras, o vocabulário é bastante complexo (RUSSI, 2017). Primeiramente, porque tais cosmologias usam extensivamente verbetes derivados dos diferentes idiomas e dialetos que habitam/habitaram o continente africano e, com a diáspora, encharcaram o território nacional, juntamente com toda a sua contribuição cultural e filosófica.

Tal questão foi lembrada durante a primeira etapa da pesquisa, que se caracterizou pela definição dos descritores. Optamos por cruzar dois grupos de vocábulos, o primeiro agregando “intolerância religiosa” e “racismo religioso” e o segundo contendo a categoria “ensino fundamental”. Como resultado, foram obtidas duas combinações diferentes.

Com a intenção de focar nas pesquisas feitas no campo da educação, inserimos como critério que pelo menos um(a) do(a)s autore(a)s de cada artigo tivesse graduação em pedagogia e/ou mestrado ou doutorado em educação; e/ou que a revista ou departamento publicador fosse dessa área. Estes critérios eliminaram pesquisas cujo debate estava alocado nas áreas de antropologia, história, ciências da religião e geografia, sem necessariamente se estender à educação enquanto campo científico. Com relação ao ensino fundamental, estabeleceu-se que o mesmo deveria estar relacionado a pelo menos uma das duas categorias de análise, isto é, às estratégias de identificação, ou aos processos de tensionamento ao racismo religioso estruturante. Por último, selecionamos apenas pesquisas realizadas no Brasil e publicadas na língua portuguesa, a partir de 2017 até 2021. A seleção resultou em sete publicações, de acordo com o exposto nas tabelas 2 e 3:

**Tabela 1 – resultados das buscas na SCIELO**

Grupo 1	Grupo 2	Resultados SCIELO					Total 2017-2021	Trabalhos excluídos	Trabalhos restantes
		2017	2018	2019	2020	2021			
“Intolerância religiosa”	“Ensino fundamental”	0	0	0	0	0	0	0	0
“Racismo religioso”	“Ensino fundamental”	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Arquivo das Pesquisadoras

**Tabela 2 – resultados das buscas na BASE**

Grupo 1	Grupo 2	Resultados BASE					Total 2017-2021	Trabalhos excluídos	Trabalhos restantes
		2017	2018	2019	2020	2021			
“Intolerância religiosa”	“Ensino fundamental”	2	2	4	5	2	15	8	7
“Racismo religioso”	“Ensino fundamental”	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Arquivo das Pesquisadoras

Na segunda etapa, elaborou-se uma síntese dos temas principais abordados nestes estudos. Os modos de identificação do racismo religioso na escola constituem o primeiro ponto focal a ser buscado nas fontes consultadas para que, como segundo ponto focal, possamos identificar e refletir sobre possibilidades de enfrentamento ao racismo

religioso pelas vias educativas com vista ao respeito à diversidade de crenças no meio escolar, sem, no entanto, ferir a laicidade do Estado.

Na terceira etapa, efetuou-se a leitura dos artigos e a identificação de categorias que interessam ao debate proposto nos objetivos deste trabalho. A partir da leitura das pesquisas selecionadas, realizou-se a análise de como as mesmas abordam e propõem: 1) a identificação de situações de racismo religioso; 2) estratégias de contraponto ao racismo religioso.

No final deste artigo, com base nos descritores referidos, será apresentada uma síntese de como são trabalhadas as questões de racismo religioso no ensino fundamental, a partir das categorias analisadas.

## **DOS ARTIGOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE**

O artigo de Fiorotti (2019) aborda dezoito casos de intolerância religiosa ocorridos na educação básica – a maioria no ensino fundamental – entre 2004 e 2018, relacionando-os ao racismo potencializado por alguns movimentos pentecostais radicais, que têm atacado as cosmologias afro-brasileiras como forma de totalizar a presença cristã nas escolas. Entre os exemplos citados, estão: a proibição do uso de livros didáticos recomendados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD); apagamento e proibição do uso de símbolos do candomblé, umbanda e outras cosmologias de matriz africana; a associação das manifestações ritualísticas afro-brasileiras e sujeitos praticantes com o diabo; a predominância de valores cristãos em livros didáticos de ensino religioso; a proibição da apresentação de trabalhos e pesquisas sobre cultura afro-brasileira (aplicada tanto a estudantes como a docentes); agressões verbais e físicas (oriundas de estudantes e de professore(a)s).

A violência também é o tema central do trabalho de Eleoterio (2020), que desenvolveu pesquisa de cunho bibliográfico relacionando esta categoria com a intolerância religiosa, contextualizando ações de enfrentamento no município de Vila Velha/ES. À luz da Constituição Federal e da perspectiva dos Direitos Humanos, a autora realiza a análise de alguns episódios de intolerância, identificando o acento racista que direciona tais violências à

matriz africana e propondo uma educação que promova a “aceitação da diferença numa sociedade pluralista” (ELEOTERIO, 2020, p. 65).

A disciplina de ensino religioso é o elemento central para pensar a ruptura com o racismo religioso no trabalho de Gama, Videira e Custódio (2020). A pesquisa, realizada através de entrevistas com estudantes e profissionais de uma escola situada em uma comunidade quilombola do Município de Macapá/AP, envolveu lideranças afro-religiosas do local. O estudo revelou o privilégio de valores cristãos, bem como a resistência por parte de docentes em abordar a intolerância religiosa como tema curricular. Os autores relatam o fato de grande parte do(a)s estudantes do ensino fundamental nunca terem ouvido falar em intolerância religiosa, tampouco conhecerem as cosmologias afro-brasileiras, algo que acusa o descumprimento da Lei nº 11.645/2008 e a urgência de aprofundamento nos debates sobre o tema.

Também situada em uma comunidade quilombola, a Escola Quilombola Estadual José Bonifácio de Macapá/AP constitui o campo da pesquisa etnográfica de Bezerra, Vieira e Custódio (2020). A disciplina de ensino religioso, ministrada na maioria das séries iniciais do ensino fundamental por pedagogo(a)s, é o mote da pesquisa, que se pauta na existência de pluralidade como condição para potencializar práticas pedagógicas que confrontem o preconceito.

Souza e Amaral (2020) também focam no ensino religioso para avaliar as práticas pedagógicas em uma escola de ensino fundamental em Curralinho/PA. Os autores reconhecem que a condução ética de tal disciplina não resolve as questões de racismo religioso como um todo, mas contribuem para uma formação humana que não exotifica aquilo que não é hegemônico. Em sua pesquisa, analisam tanto o currículo da escola como as práticas docentes.

A pesquisa bibliográfica de Costa (2021) aborda o crescimento do neopentecostalismo entre professore(a)s e a formação docente em pedagogia nas instituições de educação superior como possíveis motivadores da invisibilização das culturas negra e indígena no ensino fundamental.

Por último, Oliveira e Assis (2021) entrevistaram três docentes que atuam na área de ensino religioso, em escolas públicas no município de Campo Grande/MS, as quais adotam



um sistema de escolas públicas confessionais conveniadas com instituições católicas, legitimado pela prefeitura.

## IDENTIFICAÇÃO DO RACISMO RELIGIOSO

Fiorotti (2019, p. 23) salienta que as violências relatadas em seu trabalho, especificamente os vetos, “não são simplesmente proibições genéricas, voltadas contra todas as práticas religiosas e com alguma motivação laicista”, mas dirigidas especificamente às crenças e símbolos ligados à cultura afro-brasileira. Entre as motivações, a autora aponta o crescente aumento da população evangélica, a qual vem substituindo a predominância católica nas escolas na mesma proporção em que se acentua o viés racista nas práticas de intolerância religiosa.

Tal constatação dialoga com os dados do Censo de 2010, referenciados por Costa (2021) como indicativos de um maior acesso de neopentecostais ao ensino superior, o que resulta na formação de adeptos a esta fé em diversas áreas do conhecimento, incluindo a pedagogia. Contudo, mesmo a formação acadêmica não tem garantido a chegada ao mundo educativo de docentes capazes de compreender que seu trabalho, ao tratar de assuntos relacionados às cosmologias diversas, não deve ser o de fortalecimento de culturas já tão hegemônicas.

A predominância da cultura cristã é perceptível nas diferentes manifestações que ocorrem dentro de uma escola, inclusive nos livros didáticos destinados à disciplina de ensino religioso – algo que se converte em recurso para a geração de mais violência:

Dentro deste novo contexto cultural em que Deus é evocado na educação básica para propagar a guerra espiritual, até mesmo os livros didáticos de ensino religioso com conteúdo predominantemente cristão podem ser utilizados como instrumentos da intolerância religiosa dos evangélicos (FIOROTTI, 2019, p. 224).

Neste sentido, a intolerância religiosa pode ser classificada como violência de âmbito relacional, visto que há estabelecimento de relações de poder traçadas no campo simbólico. Especialmente quando enraizada no racismo, que é estruturante das relações

sociais, a intolerância religiosa alude, em nível interpessoal, a um grave tensionamento macrossocial – algo problemático, pois “a intolerância de qualquer natureza põe em risco a harmonia estabelecida pelo direito, pois é similar a um estado de ódio social” (ELEOTERIO, 2020, p. 73).

O fato de professores e professoras trabalharem valores e direitos a partir de suas próprias religiões é uma prática intolerante, pois sendo o corpo docente majoritariamente cristão, as demais crenças (especialmente as afro-cosmologias) são jogadas à invisibilidade pelos discursos hegemônicos. Tal relação entre igreja e escola tem fundamento em um processo histórico longo e sólido:

A história de formação do campo educacional brasileiro demonstra que ao longo do tempo, o campo religioso conquistou espaço se legitimando como elemento componente do campo educacional, exercendo influência direta na maneira como a educação escolar se organiza e se apresenta. A presença da religiosidade no ambiente escolar foi naturalizada e aceita, sendo entendida como meio de se ensinar princípios morais e éticos nas instituições de ensino (OLIVEIRA; ASSIS, 2021, p. 163).

Sob este aspecto, o caminho de transformação passa pelo entendimento de que o espaço escolar precisa ser o lugar de desmonte dos estereótipos. Gama, Videira e Custódio (2020) ressaltam que isso não se resolve somente por mera imposição curricular, pois é constatado o desejo de discentes do ensino fundamental por conhecer outras religiosidades, como as afro-brasileiras e as de matrizes asiática e judaica.

Por sinal, o desconhecimento de outras matrizes religiosas por parte do corpo docente também é um problema apontado por Gama, Videira e Custódio (2020), enfatizando a necessidade de uma formação docente que fomente o interesse e o respeito pela complexidade da cultura brasileira. Necessidade que não pode se limitar às formações em filosofia, história e ciências da religião, se considerarmos os depoimentos de pedagogas entrevistadas por Bezerra, Videira e Custódio (2020), as quais não tiveram qualquer formação voltada para o tema durante ou depois da graduação, embora estivessem ministrando a disciplina de ensino religioso nas séries iniciais.

Mesmo o(a)s docentes com experiência não estão livres das deficiências na formação. Na pesquisa de Gama, Videira e Custódio (2020), todo(a)s o(a)s professore(a)s da

área de ensino religioso possuíam, pelo menos, doze anos de trajetória docente, ainda que nem todo(a)s tivessem formação superior. Mais de uma década de experiência denota que o(a) profissional apresentou resistência, ou não foi instruído(a) a adequar suas práticas às Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2007, visto que a maior parte do(a)s pesquisado(a)s declarou não abordar a diversidade religiosa, tampouco o tema da intolerância, sendo inclusive incapazes de identificar a ausência de lideranças afroreligiosas nos eventos da escola onde lideranças cristãs sempre são convidadas, algo que caracteriza um ato de racismo religioso institucional.

Ademais, há práticas ligadas à educação confessional e ao racismo religioso que muitas vezes estão introjetadas no(a)s docentes sem que este(a)s percebam. Os sujeitos da pesquisa de Oliveira e Assis (2021) relataram a utilização do material da Campanha da Fraternidade em suas aulas, pois não sabiam que se tratava de campanha publicitária, feita pela Igreja Católica para agregar mais fiéis. Uma das entrevistadas utilizava a bíblia em todas as atividades da disciplina, mas quando o(a)s estudantes perguntaram sobre outras cosmologias, ela alegava que não seria ético tratar das mesmas em sala de aula. Importante destacar que o fortalecimento do ensino religioso confessional nas escolas públicas está relacionado ao esforço de alguns segmentos religiosos em manter um território de influência dentro do ambiente escolar. Assim, a disciplina historicamente adquiriu nuances de formação com vista à moralização dos sujeitos baseada nos valores cristãos (OLIVEIRA; ASSIS, 2021).

Costa (2021) se aprofunda nas questões de formação docente ao apontar o aumento exponencial de novas instituições de ensino superior, e por consequência o oferecimento de novos cursos de pedagogia nos últimos vinte anos, sem haver necessariamente um aumento proporcional da qualidade oferecida nas formações. A própria Lei n.º 10.639/2003 não prevê a instalação de políticas públicas de formação docente voltadas para os temas das culturas de matrizes africana e indígena.

A escola pública pode ser entendida como um *locus* habitado pelas diferenças: nela podem ser encontrados sujeitos com diferentes fenótipos, crenças religiosas, constituições familiares, orientações sexuais, identidades de gênero e assim por diante. No entanto, a simples existência desta complexidade não garante que as diferenças que a compõem sejam balizadas de forma equitativa. Souza e Amaral (2020) ressaltam que depende

da escola a escolha entre ignorar as intolerâncias ou assumir uma postura combativa em relação aos preconceitos.

## ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO RELIGIOSO

O ensino religioso é uma disciplina prevista no currículo escolar desde a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n.º 9.394/1996, tendo sua abordagem atualizada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Outrossim, sua existência, quando destinada à formação crítica e combate aos preconceitos, dialoga com a laicidade exigida pelo Estado (BEZERRA; VIDEIRA; CUSTÓDIO, 2020).

Trazer visibilidade democrática a outras cosmologias, além daquelas consideradas hegemônicas, é um cuidado adotado por Gama, Videira e Custódio (2020) desde a sua pesquisa, visto que, na ausência de docentes adepto(a)s às cosmologias afro-brasileiras, contemplaram também membros da comunidade escolar que incluíam essa característica. Conceder a outras expressões de fé um espaço de visibilidade, que seja equitativo com aquele tradicionalmente atribuído à religião cristã, parece ser o caminho para a ruptura com os preconceitos estruturais presentes nas relações em sala de aula, além de amparar o(a)s docentes na elaboração de conhecimentos sobre a cultura afro-brasileira e tensionar o proselitismo de suas práticas:

É papel do estado garantir a formação continuada dos seus servidores para a otimização das ações e frentes de trabalho assumidas, garantindo à sociedade serviços de qualidade e que venham suprir suas necessidades (BEZERRA; VIDEIRA; CUSTÓDIO, 2020, p. 197).

Inspirado na orientação da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, Fiorotti (2019) realizou uma proposta – voltada ao primeiro ano do ensino médio, mas citada aqui por ser considerada adaptável aos anos anteriores – em que solicita ao(à)s estudantes uma pesquisa sobre cosmologias afro-brasileiras baseada em entrevistas com lideranças de terreiros<sup>3</sup>. O professor, que é autor do artigo, auxiliou o(a)s estudantes a encontrarem possíveis entrevistado(a)s. Apesar disso, houve manifestação contrária ao trabalho por parte de

---

3 Espaços onde acontecem os cultos de matriz africana no Brasil.

estudantes de uma família evangélica, o que levou o docente a substituir a entrevista por uma pesquisa bibliográfica, sem alterar o tema do trabalho.

Também Bezerra, Videira e Custódio (2020) acompanharam as práticas de um professor, selecionado do grupo de sujeitos pesquisados por ser militante do ensino religioso escolar não confessional e da educação escolar quilombola. Este posicionamento deveria ser comum entre o(a)s profissionais que assumem a função de tratar de cosmologias na escola, mas parece se confirmar, nas pesquisas citadas, como uma exceção. No caso deste profissional, as propostas giravam desde a visita a benzedeadas até a elaboração de murais sobre as matrizes africanas, além de palestras, exibição de vídeos, participação em festas da comunidade quilombola e outras atividades:

Em suas aulas da disciplina de Ensino Religioso, busca-se conhecer e analisar a diversidade cultural e religiosa que compõem o povo brasileiro, bem como problematizar a existência humana, diante do fenômeno religioso e suas múltiplas experiências vivenciadas. Ao ser perguntado se em algum momento recebeu orientações ou formação a nível estadual para trabalhar a disciplina de ER em comunidades tradicionais, a resposta foi negativa. Segundo o professor, a especialização que possui em ER foi uma busca pessoal e possibilitou a ele a abertura dos horizontes pedagógicos para trabalhar com o componente (BEZERRA; VIDEIRA; CUSTÓDIO, 2020, p. 206).

É com vista à liberdade de crença que Eleoterio (2020) reafirma o compromisso docente com o respeito e a valorização da cultura como patrimônio humano, fortalecendo laços de pertença. No caso específico do ensino religioso, esse compromisso mira a laicidade como norteadora das práticas, pois a mesma caminha em sentido contrário à intolerância. O princípio da laicidade, de acordo com Oliveira e Assis (2021), advoga pela liberdade religiosa e o respeito à diversidade de crenças.

Não há um consenso sobre como o ensino religioso, quando ofertado em acordo com o princípio da laicidade, afeta a formação escolar. Oliveira e Assis (2021) mostram que o Observatório da Laicidade na Educação define que a disciplina é marcada pelo conservadorismo, o que acaba por tolher a potência crítica e os debates sobre gênero e sexualidade. Por sua vez, o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso apoia a presença da disciplina nas escolas, desde que de forma comprometida com a complexidade de cosmologias que compõem a cultura brasileira. Para as autoras do referido trabalho, é

responsabilidade do Estado “a garantia do ambiente seguro para o desenvolvimento da religiosidade, mas não sua imposição” (p. 175).

Sobretudo, há necessidade de compreender as diferenças não como um obstáculo e sim como um aspecto da diversidade cultural que nos constitui. Sem desconsiderar o compromisso que o Estado precisa assumir na formação docente, a adoção de uma postura crítica e democrática quanto às diferentes cosmologias e ao racismo religioso também demanda tempo e esforço do(a) professor(a). A presença de vozes discentes nas pesquisas, embora ainda pouco difundida neste âmbito teórico, foi amplamente defendida na abordagem de Gama, Videira e Custódio (2020), visto que “são eles os sujeitos e principal público das políticas e reformas educativas” (p. 104). Assim, este segmento constituiu a maioria das entrevistas, algo que é notável e pode servir de referência para pensar múltiplas questões do ensino fundamental, incluindo o racismo religioso.

É sob este mote que o currículo precisa estabelecer vínculos entre os conhecimentos teóricos e a vida cotidiana do(a)s estudantes, incluindo a pertença a grupos sociais. Souza e Amaral (2020) ressaltam que esta prática precisa se estender à complexidade de crenças que compõem a cultura brasileira, pois também podem nos fazer refletir sobre questões políticas, sociais e ambientais, contribuindo para a construção subjetiva da cidadania. A abordagem ética das diferenças e a apreensão crítica das discrepâncias sociais e diferenças de acesso são da ordem interdisciplinar, de modo que devem ser elaboradas não de forma individual pelo(a) professor(a) e, sim, como um planejamento coletivo que contemple de forma horizontal as diferentes cosmovisões. Costa (2021) acrescenta que o ensino da cultura afro-indígena de maneira abrangente, isto é, para além das questões religiosas, também se oferece como contraponto aos racismos enraizados nos sujeitos que compõem a comunidade escolar.

Há que se refletir, ainda, sobre o papel comunitário da escola, implicando o envolvimento das famílias nos diálogos sobre temas que importam à sociedade, como é o caso do racismo. Costa (2021) sugere o trabalho com as mitologias dos orixás, em abordagem análoga à mitologia greco-romana tradicionalmente aceita nas práticas escolares. Um acervo que seja democraticamente inclusivo de temas da cultura afro-brasileira e indígena também reforça o pensamento crítico e a aceitação do diferente, mas a prática escolar não pode se

ancorar apenas nisso, necessitando estender-se à vivência das músicas, das danças, da culinária, das artes e de todas as manifestações culturais de matriz africana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou uma atualização acerca do que vem sendo publicado sobre a intolerância religiosa e o racismo religioso no ensino fundamental. Os resultados obtidos, considerando a abrangência das bases de dados consultadas, denota um interesse reduzido pelo tema. Todavia, o interesse na área da educação em debater o racismo religioso (ainda que tratado como intolerância) mostrou-se crescente. Tal constatação revela a necessidade, por parte do campo educativo, em aprofundar os debates sobre as relações étnico-raciais. Nos artigos obtidos, houve identificação de fenômenos que impelem o racismo religioso no ensino fundamental, como o avanço neopentecostal, a má formação docente e o hábito do(a)s professore(a)s cristão(ã)s de balizar os fenômenos pedagógicos pelos seus valores religiosos subjetivos.

O ensino religioso também foi bastante mencionado, sendo em boa parte lecionado por pedagogo(a)s que participaram das entrevistas. As pesquisas mostraram diferentes opiniões sobre a relevância desta disciplina no currículo da educação básica, bem como as diferenças de abordagem docente, na sua maioria convergindo para práticas proselitistas. Tal evidência, somada às críticas feitas ao descomprometimento das formações docentes com o combate ao racismo, alertam para a demanda de um currículo de formação de professore(a)s que não só eduque o(a)s futuro(a)s profissionais da educação para a construção coletiva de conhecimentos sobre a matriz afro-brasileira, como também o(a)s prepare para atuar na promoção do respeito à complexidade cultural de ordem religiosa.

Embora pouco aproveitada na maioria dos trabalhos pesquisados, a participação discente traz em si a perspectiva de alargar os horizontes educativos, tanto nas pesquisas como na elaboração de pautas que promovam o aprendizado pacífico das diferentes cosmologias. A inclusão de pessoas de notório saber na elaboração de diálogos sobre a cultura afro-brasileira também foi apontada como algo que pode contribuir para o desenvolvimento de uma educação antirracista que abarque de forma respeitável a complexidade da cultura

afro-brasileira: babalorixás e ialorixás das cosmologias afro, monges(jas) budistas, gurus hindus, imames muçulmanos, xamanistas e pajés, além dos padres e pastore(a)s.

Ressalta-se, ainda, que uma pesquisa jamais encerra-se em si mesma, de modo que sempre haverá territórios que, se aqui não foram aprofundados, podem-se revelar a linha condutora para outras abordagens. Por exemplo, a escolha das bases de dados: outras ferramentas podem gerar resultados diferentes dos que foram apresentados neste trabalho, rumando o debate para perspectivas diferentes. Ressalta-se o cuidado para não perder de vista a postura antirracista e o olhar democrático para a existência das diferenças – aspectos indispensáveis à pesquisa ancorada na cultura afro-brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

BEZERRA, M. de J. P. dos S.; VIDEIRA, P. L.; CUSTÓDIO, E. S. O ensino religioso e a escola José Bonifácio: um estudo de caso da prática pedagógica desenvolvida no Quilombo do Cria-ú no Amapá. **Projeto História**, São Paulo, v. 67, pp. 177-217, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/48217>. Acesso em: 13 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, 10 de março de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 8 jun. 2021.

CHARLOT, B. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, no. 31, 7-18, jan./abr. 2006.

COSTA, O. B. R. da. Intolerância religiosa na escola e formação docente – a influência do pentecostalismo no preconceito racial e religioso escolar. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba/PR, v.7, no.2, p. 15069-14084, feb. 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/24590>. Acesso em: 13 jun. 2021.

ELEOTERIO J. N. da S. Intolerância religiosa e violência frente às práticas educacionais. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo/RS, v. 46, no. 01, p. 64-79, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/3985>. Acesso em: 13 jun. 2021.

FIOROTTI, S. Intolerância religiosa dos evangélicos na educação básica. **Revista Territórios**, Caruaru/PE, v. 5, no. 9, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/243589>. Acesso em: 13 jun. 2021.



GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 23, p. 183-184, 2014. Disponível em: [http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742014000100018](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018). Acesso em: 17 jun. 2021.

GAMA, J. K. C. da; VEIDEIRA, P. L.; CUSTÓDIO E. S. A relevância da disciplina ensino religioso para a desconstrução de práticas racistas e preconceituosas no cotidiano escolar. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo/RS, v. 60, no. 1, p. 98-112, jan./jun. 2020. [http://ism.edu.br/periodicos/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/3926](http://ism.edu.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/view/3926). Acesso em: 13 jun. 2021.

NOGUEIRA, S. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020.

PARÉS, L. N. **O rei, o pai e a morte**: a religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África Ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

OBALERA DE DEUS, L. **Por uma perspectiva afrorreligiosa**: estratégias de enfrentamento ao racismo religioso. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2019.

OLIVEIRA, L. C.; ASSIS, J. H. do V. P. Relatos docentes e as fragilidades da disciplina de ensino religioso. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, no. 35, jan/abr. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/35400>. Acesso em: 13 jun. 2021.

RUSSI, A. P. E. Reflexões sobre a produção científica acerca da infância nas religiões de matriz africana. In: III Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (III COPENE SUL), 3, 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ABPN, 2017, p. 314-322.

RUSSI, A. P. E. **Cartografias brincantes**: infâncias no Batuque Jeje-Ijexá. Itajaí/SC: Traços & Capturas, 2020.

SOUZA, J. da S.; AMARAL, S. M. P. do. O ensino religioso e a prática pedagógica em uma escola na Amazônia Marajoara. **Revista Movimentação**, Dourados, MS, V.7, no. 12, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/11939>. Acesso em: 13 jun. 2021.

---

**Revisão gramatical pelas próprias autoras.**

**RECEBIDO 15 DE MAIO DE 2022.**

**APROVADO EM 20 DE JUNHO DE 2022.**